

13/12/2016 - Telesíntese

Oi vende operadora do Timor leste

Marco Schroeder, CEO da Oi, diz não ver entrada de novo investidor como solução para endividamento da companhia e afirma que credores estão propensos a aceitar troca de dívida por ações.



A Oi vendeu a Timor Telecom, operadora do país asiático Timor Leste na qual tinha participação. A concessionária brasileira vai receber US\$ 36 milhões pelo ativo. A compradora, Investel Communications, se comprometeu ainda a pagar US\$ 26 milhões em dívidas da Timor Telecom com o grupo Oi. Ou seja, se concretizada, a transação pode render à operadora o equivalente a R\$ 206 milhões.

A transação foi informada pela Oi ao juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, tribunal onde corre seu processo de recuperação judicial. A Justiça precisa autorizar a venda para que seja concluída. A venda da operadora timorense já era tida como certa pelos executivos da companhia brasileira, e aparecia inclusive como ativo a ser vendido nos balanços divulgados este ano.

Recuperação

Em entrevista ao jornal britânico Financial Times, o CEO da Oi, Marco Schroeder (foto), disse que os credores estão pro-

pensos a aceitar a troca de dívida por equity na companhia. Segundo ele, os donos de títulos da concessionária estão no momento em debate sobre o valor a ser trocado e teriam sinalizado positivamente para a conversão de R\$ 32 bilhões da dívida de R\$ 65 bilhões em ações. O restante seria convertido pela operadora em títulos com validade de dez anos.

A proposta difere do plano de recuperação apresentado pela Oi em setembro, que previa um desconto de 70% no pagamento aos credores e previa a manutenção das fatias acionárias dos atuais acionistas. Proposta duramente criticada pelos bondholders.

Na entrevista ao FT, Schroeder descarta benefícios na entrada de novos investidores na Oi, como, por exemplo, aporte do egípcio Nagib Sawiris – cuja proposta deverá ser divulgada ainda este ano. “ Não vejo uma solução automática para a dívida com a aparição de um investidor”, teria dito o CEO. (Com agências internacionais)



13/12/2016 - Telesíntese

Setor de Telecom encolhe este ano, mas está otimista para 2017

Conforme o SindiTelebrasil, Brasil fecha o ano com menos clientes em telefonia móvel, TV por assinatura, banda larga fixa e móvel e telefonia fixa. Investimentos cairão 10% e receita bruta 2,7% em relação a 2015.

O setor de telecomunicações encolheu este ano. Os resultados de receitas, investimentos ou base de clientes estão menores do que 2015, aponta o SindiTelebrasil. "A incerteza econômica e política deste ano foi muito alta. Mas 2017 promete ser melhor, principalmente porque haverá mais segurança jurídica, com a aprovação do PL 3453, e com a eleição de novos prefeitos, que entendem a necessidade de infraestrutura de telecom para as cidades", afirmou hoje, 13, o presidente da entidade, Eduardo Levy.

Embora os números ainda sejam parciais, o desempenho do setor foi inferior ao do ano passado. Até setembro, a receita bruta era de R\$ 170 bilhões, 2,7% a menos do que os R\$ 174 bilhões do mesmo período de 2015. Os investimentos caíram ainda mais: até setembro as empresas investiram 10% a menos – R\$ 17,2 bilhões contra R\$ 19,1 bilhões de setembro de 2015.

O último trimestre do ano é aquele no qual há o maior volume de investimentos das operadoras, mas mesmo assim as projeções da entidade indicam que haverá queda em relação ao ano passado. Em 2015, por exemplo, se até setembro as empresas investiram R\$ 19,1 bilhões, elas fecharam o ano com investimento total de R\$ 28 bilhões. Para Levy, mesmo com essa queda, os resultados apontam que o Capex de 2016 ficará na média dos últimos anos (em 14 até setembro as empresas tinham investido R\$ 20 bi; em 13, R\$ 17,6 bi; em 12 R\$ 16,5 bi).

Base de clientes

Na telefonia móvel, em outubro deste ano o número de acessos já era 10% menor do que em 2015 – 248 milhões contra 274 milhões. Na telefonia fixa, a queda é de 6% – de 41 milhões de telefones contra 44 milhões no ano passado. Segundo o SindiTelebrasil, desta vez, tanto as linhas das operadoras autorizadas (que têm menos obrigações, como a NET e GVT) como as das concessionárias, caíram.

A TV por Assinatura está 2% menor do que o mesmo período do ano passado (18,9 milhões contra 19,4 milhões em outubro) e a banda larga fixa e móvel cai 1,6% – hoje está em 223 milhões e em outubro de 2015, era de 226 milhões. A entidade considera em seus números todos os acessos em banda larga – o que inclui os chips M2M (máquina a máquina). Para o sindicato, a banda larga dos chips máquina a máquina não cresceu o esperado porque a redução tarifária promovida pelo governo (que cortou a taxa do Fistel, que, na hora da instalação passou de mais de R\$ 26, para R\$ 5,86 e a taxa de manutenção caiu para R\$ 1,99) não é suficiente para viabilizar o negócio.

Novo cenário

Para Levy, a mudança na Lei Geral de Telecomunicações (LGT), com a futura aprovação do PL 3453 trará mais segurança para os investidores, pois irá acabar com os bens reversíveis e com a renovação das outorgas de frequências, medidas que, por si só, atraem mais investimentos, afirma.

Reforma de Telecom pode ficar para 2017?

O último dia para recurso é dia 16, sexta-feira. Mas os trabalhos do Senado podem ser encerrados na quinta, dia 15, o que jogaria a análise do projeto para o próximo ano.

Apesar do otimismo do ministro da Ciência e Tecnologia e Telecomunicações, Gilberto Kassab, que conta com a aprovação do projeto da reforma do marco de telecomunicações para este ano, e da torcida do mercado, o projeto, por uma simples contingência de calendário, poderá ficar para ser analisado em 2017.

Além da chance de a oposição se articular para colher as nove assinaturas que são necessárias para que o PL 3453 ou PLC 79 vá para o plenário, e aí nada indica que ele será votado

este ano, há ainda uma outra peculiaridade regimental que poderá empurrar o PL para o próximo ano.

É que o prazo para a apresentação de recurso ao plenário se encerra nesta sexta-feira, dia 16 de dezembro. Mas comenta-se no Senado que os trabalhos serão encerrados pelo presidente da Casa, Senado Renan Calheiros, no dia 15, quinta-feira. O que significa que faltará um dia de prazo regimental para que o projeto possa ser encaminhado para a redação final e futura sanção presidencial. A conferir.



13/12/2016 - Vermelho

Todo mundo vai perder com a reforma da Previdência, diz professor

Em uma semana em que Congresso Nacional é alvejado por delações da empreiteira Odebrecht, a proposta de reforma da Previdência enfrentará a sua primeira prova de fogo: o texto enviado pelo Planalto começa a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Espinhoso, poucos governos no Brasil se atreveram a mexer nesse vespeiro.

Todo mundo vai perder com a reforma da Previdência, diz mestre em Direito. Todo mundo vai perder com a reforma da Previdência, diz mestre em Direito. Com medo da perda do voto, essa relíquia preciosa em tempos de negação da política, parlamentares só resolvem enfrentar as reformas necessárias quando as finanças chegaram à beira do colapso.

Da maneira como o texto foi apresentado pelo governo, todos devem perder de alguma forma. Pelo menos, é essa a avaliação do professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Wagner Balera. Mestre em Direito Tributário, Balera conversou com o The Intercept Brasil sobre a reforma da Previdência, cuja discussão ainda promete ir longe e que impactará a vida de todos os brasileiros.

Mitos, meias-verdades e muitas informações desencontradas são proferidas sobre a Previdência. Em Brasília, os burocratas não se entendem sequer nas contas para identificar o número real do déficit previdenciário. Nesse emaranhado de tabelas e gráficos, o dois mais dois dificilmente chegará ao resultado quatro. Coisa de burocrata.

Para Balera, o governo usa um argumento falso para justificar o rombo da Previdência. Segundo ele, o problema não é a arrecadação, mas que parte do orçamento da Seguridade Social é constantemente desviado para outras finalidades. O professor também criticou a postura do governo em tratar a reforma da Previdência dos militares separadamente, como se fossem um grupo melhor que o restante da sociedade. Confira abaixo os principais pontos da entrevista:

The Intercept Brasil: Professor, começando com o básico, questiono: a reforma da Previdência é realmente necessária?

Wagner Balera: Eu considero que é algo absolutamente necessário. E o primeiro fundamento é que a sobrevida média do brasileiro aumenta constantemente. O sistema foi pensado para outra realidade. O que é o raciocínio previdenciário? Você está vivendo mais tempo, você vai ter que trabalhar mais. Esse é o principal motivo pelo qual uma reforma é necessária. É

uma questão de dado estatístico, em virtude do aumento da expectativa de vida.

A reforma também se justifica tendo em vista a diminuição da natalidade, porque a Previdência funciona com uma lógica intergeracional. A geração presente é responsável pelo financiamento das prestações da geração pretérita, e a geração futura vai financiar as prestações da geração presente.

O governo tem utilizado um argumento falso, um argumento mentiroso, quando ele justifica a necessidade da reforma previdenciária. O Estado brasileiro – e não é esse governo aqui, nem o anterior nem o anterior ao anterior – utiliza a falsidade de que a Previdência está quebrada.

A Previdência não está quebrada?

Isso é uma enorme falsidade. O que é que está fazendo o Estado brasileiro? Ele está destruindo um modelo que a nossa Constituição criou que se chama Seguridade Social. A Constituição Federal de 1988 originou a Seguridade Social, na qual integram a saúde, a previdência e a assistência. Três setores englobados numa só realidade. E a Constituição criou um orçamento separado do Orçamento do Estado para a Seguridade Social.

A União tem as suas receitas, a Seguridade Social tem as suas receitas. Então, a Previdência integra o orçamento da Seguridade Social, que foi contemplado pela Constituição com diversas fontes de receita.

Quais fontes são essas?

A primeira, a mais antiga, é a contribuição sobre a folha. Você, como trabalhador empregado, paga uma contribuição sobre o seu salário. O seu patrão paga uma contribuição sobre o seu salário, e essa é a contribuição sobre a folha, que é chamada folha de salários, folha de pagamento. Essa é uma das contribuições.

Eu não posso falar assim: “A previdência está quebrada”. De fato, o que se arrecada com a contribuição sobre a folha não paga os benefícios devidos pelo INSS. Ficaria faltando dinheiro. Mas é por isso que existe a Seguridade Social, o orçamento da Seguridade Social e as despesas são da Seguridade Social, não da Previdência. É uma questão conceitual que não é da minha cabeça, é o que está na Constituição.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/291026-1>



13/12/2016 - RBA

Senado aprova PEC 55, 'AI-5 da cidadania', por 53 a 16

No mesmo dia em que a ditadura massacrou liberdades políticas há 48 anos, Congresso composto por duas centenas de citados em corrupção impõe legislação que massacra políticas públicas por 20 anos

" Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência." Não estaria fora de lugar esta frase se tivesse sido dita durante a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que engessa gastos públicos, inclusive com saúde e educação, por 20 anos. Chamada por alguns de " AI-5 da Cidadania", a PEC teve a aprovação em segundo turno pelo Senado hoje (13), mesmo dia que, 48 anos atrás, era aprovado o Ato Institucional nº 5.

O AI-5 foi o ponto culminante do golpe de 1964 contra as liberdades políticas e individuais, baixado com o objetivo de institucionalizar a repressão e a violência do regime contra seus opositores. A frase, proferida em 1968 pelo então ministro do Trabalho da ditadura, Jarbas Passarinho, caberia ao Congresso de hoje, aliado a um governo sem voto, montado após um golpe jurídico-parlamentar que derrubou uma presidenta sem crime. Num dia em que pesquisas de opinião revelam que apenas 25% dos brasileiros concordam com a PEC, e em que milhares vão às ruas pelo que a emenda representará ao futuro da cidadania, o escrúpulo foi mandado às favas pela maioria do Congresso.

O regimento da Casa legislativa também foi mandado às favas. Renan Calheiros (PMDB-AL) violou a Constituição e o processo legislativo, ao abrir três sessões extraordinárias num mesmo dia, para contar prazo regimental que permitisse a votação PEC 55. Foi essa a argumentação que levou a oposição a recorrer ao Supremo Tribunal Federal – que, mais uma vez, como na ditadura, nada fez.

A data foi lembrada pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) que afirmou hoje durante os debates que no mesmo dia em que o AI-5 suspendia garantias constitucionais, a PEC 55 também " decretaria a morte da Constituição Cidadã do Dr. Ulysses Guimarães", que buscava pôr fim ao período obscuro aberto em 1964 e escancarado em 1968.

Lindbergh acusou Renan de ter rasgado a Constituição tanto em seu confronto com o Supremo Tribunal Federal (STF) – por conta do episódio no se recusou a acatar decisão que pedia seu afastamento –, quanto pela forma como encaminhou a votação da PEC. " O senhor ou está se sentindo muito forte ou então deve muito ao Palácio do Planalto", provocou.

A falta de escrúpulo também foi apontada pela senadora Gleise Hoffmann, para quem o Senado deveria estar discutindo a crise política que assola o governo Temer e seus aliados, envoltos em acusações vazadas da primeira delação da Ode-

brecht.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que aqueles que se acumpliciaram com o AI-5 foram os " coveiros da Democracia" e que, agora, os que apoiam a PEC 55 passarão para a história como " coveiros da Cidadania". A parlamentar afirmou que a rejeição à proposta é de toda a sociedade, de especialistas em contas públicas, acadêmicos, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial, movimentos sociais e pesquisas de opinião. " Isto não acontece à toa, a proposta tem o objetivo de priorizar o que quer o mercado financeiro e pagar os juros da dívida pública em detrimento dos serviços essenciais do país."

Governo enfraquecido

O tom irritado dos senadores prosseguiu ao longo de quase cinco horas. O senador João Capiberibe (PSB-AP), afirmou que o momento deveria ser de o Senado parar os trabalhos legislativos, suspender qualquer tipo de votação e passar a discutir em caráter prioritário a proposta que existe protocolada na Casa para a convocação de eleições diretas para presidente.

" Estamos vendo um governo cada vez mais fragilizado, um presidente da República que não tem respaldo popular e o Congresso a cada dia mais desgastado por submeter a votação medidas tão impopulares e, ao mesmo tempo, devido às últimas delações premiadas envolvendo pagamento de propina a deputados e senadores. Deveríamos é parar para discutir tudo isso. E não, insistir em votar uma medida que vai impactar na economia do país, empurrada por um governo que não tem força para isso", afirmou.

Líderes da base aliada, como Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Aloysio Nunes (PSDB-SP), insistiram pela votação. Também foram observados momentos de constrangimento, como o acordo firmado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), que ocupava a mesa, para que a sessão fosse suspensa e tivesse continuidade após a realização de uma sessão de homenagem ao ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes.

Estava tudo acertado para a suspensão quando Renan Calheiros retomou a presidência e desfez o acordo. Disse que " o combinado há muitos dias é de que a sessão seja realizada ininterruptamente".

A expectativa é de que até o final da semana, a PEC 55 esteja promulgada. No momento, os senadores ainda apreciam duas medidas de destaque que sugerem alteração no texto.